

Resumo da Proposta de Criminalização do "Traidor da Pátria"

Objetivo Geral: Criar um novo crime de "traição à pátria" com status de crime hediondo e pena severa, contornando os obstáculos constitucionais.

1. Desafios Jurídicos Iniciais (Problemas a serem Superados)

- **Prisão Perpétua:** É expressamente proibida pela Constituição (Art. 5º, XLVII).
- **Pena de Morte:** Também é vedada, exceto em guerra declarada.
- **Dignidade da Pessoa Humana:** Princípio fundamental que pode ser invocado contra penas excessivas.
- **Traição Já Existente:** O Código Penal Militar já pune a traição (em contextos de guerra), com pena de 10 a 30 anos, mas não é considerado hediondo.

2. Solução Proposta: Uma PEC e uma Lei

Para contornar os desafios, a proposta é dividida em duas partes:

A) Proposta de Emenda à Constituição (PEC)

- **O que faz:** Altera a Constituição para incluir o crime de "traição à pátria" na lista de crimes hediondos.
- **Pena Estipulada: 30 anos de reclusão** – o tempo máximo permitido pela Constituição fora de cenários de guerra, evitando a prisão perpétua.
- **Direitos Suspensos:** O crime se tornaria **inafiável** e insuscetível a anistia, graça, indulto ou liberdade condicional.

B) Anteprojeto de Lei (para regulamentar o crime)

- **O que faz:** define concretamente o que seria considerado "traição à pátria".
- **Condutas Incluídas:**
 - o **Espionagem:** Entregar informações sigilosas a potências estrangeiras.
 - o **Sabotagem:** Destruir infraestruturas críticas (energia, defesa) a serviço de interesse estrangeiro.
 - o **Colaboração Hostil:** Aliar-se a nação estrangeira para prejudicar o Brasil.
 - o **Ataque à Ordem Democrática:** Promover golpe de Estado com ajuda estrangeira.
- **Processo Penal Específico:**
 - o A ação penal precisa da autorização do Ministro da Justiça.
 - o O julgamento seria no **Superior Tribunal de Justiça (STJ)**.

- o Liberdade provisória seria praticamente vedada.

3. Pontos-Chave e Justificativas

- **Estratégia da Pena:** A pena de 30 anos é uma forma de instituir uma "prisão perpétua simbólica", já que é o máximo possível e sem direito a reduções.
- **Alinhamento com Crimes Graves:** Equipara a traição a outros crimes hediondos, como latrocínio e terrorismo, em termos de rigor processual.
- **Foco em Condutas Graves:** A lei tenta distinguir a traição de crimes políticos ou de opinião, focando em ações concretas que ameacem a soberania nacional com envolvimento estrangeiro.

Em síntese, a proposta busca criar o crime mais grave do ordenamento jurídico brasileiro para casos de traição nacional, usando uma combinação de emenda constitucional e lei ordinária para impor a pena mais severa possível dentro dos limites da Constituição.